

No RS, crescem filiadas no PL, Republicanos e PSDB

Participação das mulheres na política voltou a ganhar a atenção com debates sobre a minirreforma e PEC da Anistia no Congresso

FELIPE NABINGER

Sem a aprovação em tempo das mudanças da minirreforma e da PEC da Anistia, que atingiriam as cotas femininas, as regras seguem inalteradas para as eleições municipais de 2024. Assim, os partidos ou federações deverão apresentar, ao mínimo, 30% das candidaturas destinadas às mulheres. No RS, conforme levantamento do Correio do Povo com dados do TSE, dos dez maiores partidos, sete perderam filiadas mulheres entre setembro de 2022 e de 2023. Apenas PL, Republicanos e PSDB agregaram novas integrantes aos seus quadros. Mesmo assim, nenhum deles teve crescimento superior a 3%.

O PL liderou o aumento de filiadas. A presidente do PL Mulheres, Adriane Cerini, no entanto, garante que em dados internos, não atualizados no TSE, a sigla ultrapassou 14,6 mil no RS. “Penso que é um conjunto de fatores que começa com a valorização das mulheres na política. Temos feito um trabalho de credibilidade e as pessoas confiam”, afirma. Um exemplo desses movimentos é a regra de as comissões provisórias em todas as esferas terem 50% de mulheres. Na eleição de 2020, o partido apresentou 36% de candidatas mulheres. O partido vem ampliando seus quadros desde o ingresso do ex-presidente Jair Bolsonaro, no ano passado. No caso das mulheres, Adriane acredita em uma identificação com a ex-primeira-dama Michelle.

Os Republicanos têm 16.292 mulheres no RS, tendo ampliado em 1,6% no último ano. Além disso, 55% dos filiados no Estado são mulheres, sendo o único do recorte onde elas su-

FILIADAS NO RS			
SIGLA	2022	2023	DIF. %
PL	11.902	12.220	2,7
REP	16.039	16.292	1,6
PSDB	43.953	44.143	0,4
PT	61.600	61.277	-0,5
PP	87.915	87.333	-0,7
MDB	104.111	103.011	-1
UNIÃO	24.410	24.071	-1,4
PSB	26.718	26.310	-1,5
PDT	103.377	101.724	-1,6
PTB	53.338	52.297	-1,9

peram o número de homens. “São números que vêm em um crescimento há algum tempo. Não vi em 48 anos de política o que recebi por parte do Republicanos. Seria injusto se nossos números não fossem estes”, diz a secretária estadual das Mulheres Republicanas no RS, Beth Colombo.

Presidente do PSDB Mulher, Zilá Breitenbach questionou a minirreforma eleitoral, criticando o formato aprovado pela Câmara e que depende de apreciação do Senado. Nele, para federações, a cota de 30% não valerá individualmente para o partido, mas sim para a federação. Assim, pode ficar restrito a um só partido a inscrição de mulheres na chapa. “É importante reconhecer que as cotas de gênero não são a solução definitiva para a sub-representação das mulheres na política, mas uma ferramenta valiosa para auxiliar a superarmos esse desafio. Em vez de impor restrições e critérios rigorosos, a minirreforma eleitoral deveria buscar maneiras de fortalecer e aprimorar o sistema de cotas de gênero, tornando-o mais inclusivo e eficaz”, diz em trecho de artigo publicado no CP. O PSDB está federado com o Cidadania. Para o levantamento, foi considerado o desempenho individual das siglas.

AGENDA. Quanto aos partidos que ganharem filiadas estarem no espectro do centro para a direita, a doutora em Ciência Política e professora da Ufrgs, Cibele Cheron, destaca que partidos que se alinham mais à agenda neoliberal, de modo global, seguem o movimento de aparente incorporação de pautas igualitárias, porém sem efetivo compromisso com a desconstrução do sistema. “É necessário que se questione, para além da existência de mulheres nos quadros partidários, quais são as pautas que orientam sua atuação política, e em que medida essas pautas significam melhorias ou atenção às demandas reais das mulheres. Isso, evidentemente, se pressupomos que a presença das mulheres é efetiva, e não apenas figurativa”, ressalva.

Para ela, o avanço do reacionarismo e do conservadorismo favorece o alijamento da mulher do espaço político. “Exceção a este último quesito é a presença de mulheres que reproduzem os discursos conservadores em espaços públicos, reforçando os papéis de gênero segundo os quais o feminino é associado à submissão e o masculino ao poder.”

Um dos fatores que inibem uma maior presença feminina na política é, na visão de Cibele, o aumento da violência política de gênero em quantidade e gravidade de casos. Cita a execução da vereadora carioca Marielle Franco, as ameaças contra parlamentares e lideranças partidárias. No RS, um caso recente foi o ataque do vereador Aldo Menegheti (MDB), em discurso na tribuna, contra a prefeita de Balneário Pinhal, Márcia Tedesco (PTB), que após registrou boletim de ocorrência policial.

Redução registrada em sete das dez siglas

Se o crescimento de filiadas não é volumoso, o movimento contrário parece um mais acelerado. Dos dez maiores partidos analisados, sete registraram quedas (em ordem de percentual crescente): PT; União Brasil; PSB; PP; MDB; PTB e PDT.

O PDT foi o partido que mais perdeu mulheres em números brutos, 1.653 no período do levantamento. Conforme a presidente da Ação da Mulher Trabalhista (AMT) do RS, braço feminino da sigla, Mirian Fonseca, os casos de desfiliação são analisados individualmente, inclusive, destacou um trabalho de valorização para re-

verter essa migração. “Por óbvio, temos a preocupação de alavancar nossos índices positivos, mas nossa preocupação é também com cada uma delas, para que continuem com o desejo de seguir na vida partidária e eleitoral, sem nenhum prejuízo pessoal. Esta é nossa principal meta”, destacou. Ela cita ainda como um fator a polarização extrema, que deixou o PDT mais “isolado” como partido de centro-esquerda nas últimas eleições gerais.

Já o PTB foi aquele que mais perdeu filiadas percentualmente, tendo uma baixa 1,9%. O partido, que tinha 53.338 mu-

lheres, passou para 52.297. “Isso acontece de forma geral nas aberturas de janela partidárias (período em que é possível trocar de siglas sem perder os cargos). As pessoas têm a possibilidade de se adequar a outros partidos. É natural”, entende a presidente do PTB Mulher, Vivian Garcia. Ela não relaciona a perda às questões que envolvem a fusão com o Patriota. Ainda não oficialmente efetivada pelo TSE, ela originará o Mais Brasil ou Partido Renovação Democrática (PRD). “Para construir não importa o nome, mas os líderes com os quais estamos construindo.”



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Encerramento da CPI do 8 de janeiro será marcado por embates

Markada por fortes embates políticos desde sua instalação, há quatro meses e meio, a CPI do 8 de janeiro encerrará suas atividades nesta semana. Nesta terça-feira, a senadora Eliziane Gama (PSD-MA) deve apresentar o relatório final. A expectativa é a de que a votação do documento ocorra no dia seguinte, na quarta-feira. Como ocorreu até aqui, o encerramento promete, mais uma vez, queda de braço entre situação e oposição em relação aos atos de vandalismo deflagrados no dia 8 de janeiro, com a invasão e depredação dos prédios dos Três Poderes - Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal -, em Brasília. A promessa de Eliziane é a de inclusão de depoimentos e documentos obtidos pela CPI em seu parecer. A relatora minimizou o impacto negativo nas investigações em função de decisões monocráticas de ministros do Supremo, como Nunes Marques e André Mendonça. A CPI recorreu das decisões, mas ainda não houve resposta da mais alta Corte do país. De antemão, a oposição já avisou que irá apresentar dois votos em separado. Segundo o senador Magno Malta (PL-ES), o documento irá sustentar a narrativa de suposta omissão do atual governo federal em relação aos ataques. O tratamento destinado aos presos no dia 8, parte deles já condenados, com duras penas pelo Supremo, também será alvo de críticas e investidas da oposição, assim como o fato de os presos não terem sido ouvidos na CPI. Ao longo dos trabalhos, foram ouvidos 20 depoentes. Entre eles, os ex-ministros do Gabinete de Segurança Institucional de Jair Bolsonaro, general Augusto Heleno, e de Lula, general Gonçalves Dias, além do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, e de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. Originalmente, a comissão foi instalada por uma iniciativa da oposição, visando investigar a suposta omissão do governo federal em relação aos ataques. A situação, no entanto, com manobras políticas e legislativas, conseguiu formar maioria.

Marco Legal da Educação e Dia do Professor

No ato de encerramento do Movimento pela Educação, nesta quarta-feira, na Assembleia, será feita a apresentação do Marco Legal da Educação Gaúcha. O marco, formulado com o auxílio de consultores renomados como a professora Cláudia Costin e o ex-ministro Rossieli Soares, entre outros, estabelece diretrizes, metas e indicadores a serem perseguidos pelo Estado nos próximos anos. Em tempo: neste domingo, foi comemorado o Dia do Professor. Segundo o presidente da Atricon, conselheiro Cezar Miola, um apaixonado pela tema da educação, é preciso cuidar da formação inicial e continuada dos professores, garantir remuneração justa e digna, respeitar seu trabalho e buscar resultados efetivos na alfabetização, na permanência, no aprendizado e no retorno de quem abandonou a escola. “E esses são desafios e obrigações do poder público, das famílias e da sociedade. Mas nada acontecerá sem o professor, ator insubstituível no processo pedagógico”, disse Miola à coluna.

Mínimo: federações chamam deputados

O projeto relativo ao reajuste do salário mínimo regional, mais uma vez, não deve avançar na reunião da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, nesta terça-feira. No dia seguinte à reunião, na quarta-feira, ocorrerá café da manhã, às 8h, na Catedral Metropolitana, para tratar da pauta e da posição contrária das federações ao mínimo regional. O encontro foi organizado pela Federasul, Fieergs, Farsul e Fecomércio. Foram convidados deputados da base aliada do governo.

APARTES

■ **Valdeci Oliveira (PT) anunciou sua pré-candidatura a prefeito de Santa Maria. A confirmação ocorreu na comemoração dos seus 65 anos, na sexta-feira. O pré-candidato a vice também foi anunciado: o médico, ex-prefeito e ex-deputado estadual José Haidar Farret (União Brasil). Valdeci foi prefeito de Santa Maria entre 2001 e 2008, antes da Assembleia.**

■ Está em tramitação na Assembleia projeto estabelecendo que as propostas que se credenciarem para buscar recursos junto ao Pró-Cultura passem a ser avaliadas por comissões de seleção, integradas por técnicos contratados pela administração pública. As avaliações ocorrerão com base em critérios previamente definidos. Atualmente, os projetos da LIC são julgados pelo Conselho Estadual de Cultura e os projetos do FAC são avaliados por comissões julgadoras. Se aprovada, a partir da aprovação, o governo do Estado deverá regulamentar as alterações e a secretaria da Cultura poderá reabrir inscrições possibilitando o financiamento de novos projetos pela LIC.